

## Resenhas

### *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia*

N. Gregory Mankiw

Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1999

Cada época tem seus modismos. O ensino da economia vive hoje sob a hegemonia dos chamados novos keynesianos, que, alguns, diga-se de passagem, colocam em dúvida se são, na verdade, legitimamente keynesianos. Com o ocaso da escola novo-clássica das expectativas racionais, em parte fruto da ascensão dos novos keynesianos, a academia norte-americana vive hoje o auge de seu novo modismo – e, por efeito manada, a quase totalidade dos departamentos de economia no resto do mundo (inclusive, obviamente, os departamentos de economia das universidades brasileiras, seguindo uma tendência que não é exclusiva da esfera cultural e comportamental da sociedade brasileira de emular os modismos que vem do norte). Portanto, nada mais natural que num dia surgir mais um manual de introdução à economia escrito por um dos expoentes da nova escola. E esse é, justamente, o caso deste *Introdução à Economia*, de Gregory Mankiw, publicado originalmente em língua inglesa em 1998, com o título de *Principles of Economics*.

A contra-revolução teórica promovida pelos novos clássicos, e a formação de uma nova hegemonia acadêmica que daí derivou, implicou em um redirecionamento da análise macroeconômica, que passou a se basear em modelos competitivos, expectativas racionais e otimização intertemporal. A busca por microfundamentos marcou a pesquisa novo-clássica.

Os novos keynesianos caminham, de certa forma, em uma direção contrária a esta. Se, por um lado, continuam a pesquisa centrada na construção de microfundamentos sólidos, por outro, procuram aprofundar o estudo de temas macroeco-

nômicos em um mundo de concorrência imperfeita e informação assimétrica.

Gostaria de ressaltar, inicialmente, os aspectos positivos do livro. Prima pelo didatismo, é claro e de fácil leitura e acompanhamento, possui exercícios bem elaborados que ajudam bastante o leitor/aluno. O livro segue ainda uma tendência cada vez mais freqüente entre os autores de livros-textos, de procurar apresentar as argumentações de forma mais *user-friendly*, em que o lado visual é exhaustivamente explorado, por meio de boxes explicativos, notícias de jornal e charges. Há um apelo maior a “visualidade” do texto, de maneira a apresentar sem muitas complicações o conteúdo das idéias, marca de uma época (pós-moderna?) em que a imagem pode valer mais do que mil palavras.

Em suma, o livro se adequa bem, desta forma, aos critérios norteadores de uma disciplina introdutória de economia dos cursos de graduação. Deve-se elogiar a edição brasileira por ter mantido o índice de assuntos no final do livro (algo raro em se falando de Brasil), o que facilita muito a vida não só de quem usa o livro como referência para estudo, mas também do professor.

Mas, o que este livro nos diz de novo em relação a outros manuais de economia, a outras figuras carimbadas que fizeram cabeça de várias gerações de economia, no Brasil e lá fora? Ele nos diz, por exemplo, que existem importantes falhas de mercado que produzem resultados não-ótimos. E que, por causa disso, uma ação governamental consciente e ativa pode ser justificada em certas situações.

O leitor com uma visão mais crítica pode

farejar um certo ar de *déjà vu* nesse argumento, mas, vindo de influentes luminares do *mainstream* acadêmico norte-americano, pode ser interpretado como uma revolução. Não nos esqueçamos de que a escola novo-clássica das expectativas racionais, tinha (e tem) ojeriza a esse tipo de argumento. Neste sentido, por exemplo, o capítulo 10 do livro trata da importância das externalidades e da necessidade de se fazer uma diferenciação, ou uma polarização, entre resultados em termos de um ótimo social e as quantidades definidas pelo mercado: as falhas de mercado podem gerar ineficiências importantes.

A principal indagação que deve ser dirigida ao leitor de um livro como este é: ele oferece explicações adequadas e satisfatórias para os fenômenos econômicos observados no mundo real? É óbvio que, para vários eventos e situações, o leitor encontrará explicações razoáveis e responderá que sim, mas, em algumas ocasiões, as explicações são bastante limitadas, quando não irrelevantes ou irrealistas.

A essência dos argumentos do autor pode ser apresentada da seguinte forma, a partir dos quais são estabelecidos dez “princípios” de validade geral para o comportamento de pessoas, mercados e economias.

As lições fundamentais a respeito da *toma-de-decisões individuais* são: 1) os agentes se deparam com *trade-offs* entre objetivos excludentes, 2) o custo de qualquer ação é medido em termos das oportunidades abandonadas, 3) agentes racionais decidem comparando custos e benefícios marginais, e 4) as pessoas mudam seu comportamento em resposta aos incentivos que se lhe oferecem.

As lições fundamentais a respeito da *interação entre as pessoas* são: 5) o comércio pode ser mutuamente vantajoso, 6) o mercado é, de forma geral, uma boa maneira de coordenar o comércio entre as pessoas, e 7) o governo pode, potencialmente, melhorar os resultados de mercado se há falhas ou se os resultados não forem equitativos.

As lições fundamentais a respeito da *economia como um todo* são: 8) que a produtividade é, em última instância, a fonte dos padrões de vida, 9) que o aumento de moeda é causa fundamental da inflação, e 10) que a sociedade enfrenta um *trade-off* entre inflação e desemprego no curto prazo.

Mankiw utiliza-se desses princípios para ilustrar, ao longo do livro, as várias situações com as quais os agentes econômicos se deparam. Tais princípios servem de alicerce para suas explicações dos fenômenos econômicos.

No entanto, nem sempre as abordagens do autor são explicações adequadas e convincentes

dos fenômenos observados nas economias modernas. Dois temas (entrelaçados) bastam para problematizar algumas das idéias apresentadas no livro: o papel do dinheiro e os determinantes da inflação.

Na explicação dos determinantes da inflação, Mankiw utiliza-se das idéias básicas da teoria quantitativa da moeda, segundo a qual a quantidade de moeda disponível determina o nível de preços e a taxa de crescimento na quantidade de moeda determina a taxa de inflação. O autor adota a separação tradicional entre variáveis nominais e reais por meio da famosa dicotomia clássica (inaugurada, diga-se de passagem, por Hume). Isto é, acredita que é possível analisar os determinantes de variáveis como PIB real, poupança, investimento, taxas de juros reais e desemprego sem qualquer menção à existência de moeda. Em suas próprias palavras, “a produção de bens e serviços depende da produtividade e da oferta de fatores, a taxa de juros real ajusta-se para equilibrar a oferta e a demanda de fundos emprestáveis, o salário real ajusta-se para igualar oferta e demanda de mão-de-obra e o desemprego ocorre quando o salário real, por alguma razão, se mantém acima de seu nível de equilíbrio. Essas importantes conclusões não tem nada a ver com a quantidade oferecida de moeda” (p. 619). Mudanças na oferta de moeda afetam as variáveis nominais, não as reais. Se o Banco Central dobrar a oferta de moeda, o nível de preços também dobrará, o salário dobrará e todos os demais valores também dobrarão. Variáveis reais como produção, emprego salário real e taxa de juros não mudam. Esta idéia é conhecida como neutralidade monetária: variações na oferta de moeda não afetam as variáveis reais da economia. O único reparo que Mankiw faz a esse argumento é que no curto prazo alterações na oferta de moeda têm efeitos importantes sobre as variáveis reais. No entanto, grande parte das análises do autor ao longo do livro está fundada nestas duas idéias relacionadas: a dicotomia clássica e a neutralidade da moeda.

Mas o fato é que o dinheiro é não neutro, mesmo no longo prazo. Em consequência, a dicotomia clássica não descreve adequadamente o funcionamento de uma economia moderna. O dinheiro é um ativo com atributos que os demais ativos (como, por exemplo, os bens de capital, que se situam no extremo oposto de uma escala de liquidez) não possuem, em particular por oferecer o prêmio de liquidez máximo (ou um risco mínimo) para o possuidor deste ativo, isto é, por possuir capacidade imediata de atuar como poder de compra sem ter de ser previamente transacionado, como é o caso dos demais ativos. Ele é a forma universal da riqueza, enquanto que os demais ativos

são formas específicas de riqueza. A posse dos demais ativos se justifica quando suas expectativas de rendimentos são altas o suficiente para compensar seu grau mais elevado de iliquidez quando comparado à iliquidez nula conferida pelo dinheiro.

Decorre daí que naquelas situações de maior instabilidade ou de elevada incerteza, em que os agentes percebem que é mais vantajoso reter dinheiro em seus portfólios (preferência pela liquidez), os impactos sobre a demanda agregada (em consequência, sobre a produção e o emprego) podem ser devastadores. A demanda por dinheiro (ou a preferência pela liquidez) pode ser tal que, dependendo do contexto, afeta de maneira significativa as decisões dos agentes quanto ao exercício de seu poder de compra, isto é, de seus gastos em consumo e investimento. Por exemplo, se as firmas avaliam que as perspectivas futuras de seus negócios são pessimistas, isto pode ter como consequência o abandono de planos prévios de crescimento ou um ajuste em sua produção (e no nível de emprego associado) a uma demanda esperada mais baixa. O outro lado deste processo é que preferirão estar mais líquidas, o que lhes facultaria uma flexibilidade maior de resposta e maior segurança face a situações mais imprevistas. É por isto que nesse tipo de análise também no longo prazo o dinheiro afeta o lado “real” da economia. Isto é, em uma economia moderna, em que o dinheiro (e seus substitutos-quase-moedas — que possuem características e atributos próximos) não é apenas um véu monetário, ou não atua apenas como numerário ou meio de pagamento, mas também como reserva de valor (como refúgio temporário da incerteza), as variáveis reais e nominais estão, sim, estreitamente interconectadas no curto e no longo prazos.

Por outro lado, a forma mais realista de se entender os fatores condicionantes da inflação em uma dada economia em um dado período não pode de maneira alguma reduzir-se *exclusivamente* à dinâmica da oferta de moeda. O fenômeno inflacionário é muito mais complexo do que isto, pois uma série de outros fatores concorrem para influenciar a formação de preços de uma firma. A demanda (derivada de uma maior oferta monetária) pode ser apenas um deles, mas fatores como as estruturas de mercado em que a firma opera, as condições específicas de custos e de margens de manobra na definição dos *mark-ups*, o grau de indexação da economia, a percepção dos agentes acerca da justiça (*fairness*) da configuração corrente das relativas etc., tudo isto concorre, em maior ou menor grau, para a determinação da taxa de inflação. É justamente a concentração simplista em um desses possíveis determinantes a causa de não poucos

de nossos males econômicos. Além do mais, afirmar que a inflação é pura e simplesmente determinada pela oferta de moeda implica em confundir correlação com causalidade, um equívoco que ainda hoje não poucos cometem.

Outro aspecto importante a ser levado em conta na avaliação de um livro como este diz respeito às peculiaridades da realidade brasileira. Nem sempre o que vale para a economia norte-americana vale para a economia brasileira. É justamente a este tipo de transposição mecânica que deve ser contraposto o discernimento crítico do professor em sala de aula no sentido de alertar seus alunos sobre os perigos da aplicação acrítica e sem as mediações relevantes de eventos que não necessariamente podem vir a ser observados no país de acordo com previsões descontextualizadas existentes em muitos livros textos.

É importante registrar ainda que uma escola que se utiliza do adjetivo keynesiano deve levar em conta, para fazer jus a isso, os seguintes aspectos: a) o papel da demanda na determinação da produção e do emprego (o famoso princípio da demanda efetiva tal qual formulado por Keynes, que está hoje, infelizmente, fora de moda), b) o papel das expectativas em situações de incerteza (e a irredutibilidade desta a um risco probabilístico que seria prontamente especificável e quantificável), c) a importância das convenções enquanto âncora para a tomada de decisão sob incerteza, d) o papel do dinheiro como um ativo com atributos únicos, que o diferencia dos demais ativos; neste sentido, reconhecê-lo não só como numerário e meio de pagamento, mas, principalmente, como reserva de valor, que faz com que no mínimo se problematize a hipótese da neutralidade da moeda, não só no curto, mas também no longo prazo, e) a preferência pela liquidez enquanto comportamento racional sob incerteza. Neste sentido, o balanço que se faz é que o livro não passa no controle de qualidade de um keynesianismo genuíno.

O livro de Mankiw poderia ser de serventia, então, para dois tipos de leitores: aqueles que pretendem seguir uma visão keynesiana convencional e aqueles que preferem seguir uma visão crítica. Pode-se então ver o livro como produção acadêmica “na fronteira” em termos de livros de introdução econômica (como também o *Economics*, de Joseph Stiglitz), escrito por um dos economistas mais renomados do mundo acadêmico e é, desta forma, um “guia seguro” aos meandros básicos da disciplina. Mas podemos vê-lo também como o ponto de partida, uma referência para uma análise crítica que incorpore, obviamente, o que de relevante e realista o mesmo tem a dizer, mas que não

se deixe levar pelos ainda vários mitos que há anos se arrastam na análise econômica (muitas vezes de natureza ideológica, que talvez nem mesmo os próprios autores se dêem conta), e que nada mais são do que obstáculos epistemológicos a teorias que buscam uma maior correspondência com os fatos econômicos.

Por fim, algumas observações quanto à qualidade da tradução e da edição final do livro. Uma leitura atenta depara-se com alguns problemas, tanto no que diz respeito ao uso de alguns termos (o uso às vezes pouco rigoroso do jargão do economês) como a erros de impressão. Em relação a problemas com o jargão econômico, por exemplo, o termo consagrado no Brasil é teoria dos novos keynesianos, e não “nova teoria keynesiana” (p. 700); ou, ainda, teoria dos novos clássicos, e não “nova teoria clássica” (p. 699). Um exemplo de

erro crasso de impressão pode ser encontrado na p. 320, onde as informações da figura 15-6 sobre preços dos medicamentos com e sem patentes estão trocadas. Na p. 373, a figura 17-3 mostra a quantidade que maximiza o *lucro* (não o prejuízo!). Na p. 462, bem inferior é aquele bem para o qual um *aumento* (não uma redução!) na renda é seguido de uma diminuição da quantidade consumida (caso contrário, ele seria um bem *normal*). Na p. 559, as curvas de oferta, que até então eram representadas pela letra *S*, passam subitamente a ser representadas pela letra *O*.

Espera-se que a próxima edição revista corrija esses erros.

Rogério P. de Andrade

Professor do Departamento de Economia,  
Universidade de São Paulo

## *Reforma da Previdência sem Segredos*

Reinhold Stephanes

Editora Record, 2000

Em boa hora Reinhold Stephanes dispôs-se a mostrar de modo claro e direto os complexos problemas da previdência social no Brasil, bem como a urgência em continuar o processo de reforma estrutural do sistema vigente.

Na verdade esse é um debate que vem tendo cada vez mais evidência tanto da parte de acadêmicos quanto de especialistas. A discussão em torno da previdência social abarca posições políticas e econômicas — isso mostra a importância e a influência da mesma enquanto instrumento de alavancagem do bem-estar da população e de definição da própria trajetória de crescimento econômico do país.

Reinhold Stephanes, autor do livro, é um especialista em previdência cuja carreira profissional e política se pautou na luta por um sistema mais justo e que de fato pudesse atender a todos os cidadãos brasileiros. E essa foi a marca que deixou registrada na previdência social estando três vezes à frente como presidente do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) — a primeira em 1974, a segunda em 1991 e por último em 1995.

O livro é uma boa leitura, indispensável para quem deseja realmente iniciar um entendimento do assunto. Aliás, um dos méritos do autor é justamente simplificar a compreensão de um assunto de tamanha complexidade como a previdência social e mostrar por meio de cifras e dados estatísticos a urgência da realização de tal reforma.

Nos primeiros capítulos o autor se ocupa em

fornecer um panorama mais geral da verdadeira situação em que se encontra o sistema previdenciário vigente, com a distinção detalhada e cuidadosa de cada um dos regimes — servidores civis, servidores públicos e militares. A partir desse corte o autor desenvolve argumentos e procura mostrar a urgência da realização de uma reforma previdenciária no sentido mais amplo. Na verdade essa diversidade do sistema previdenciário brasileiro é o ponto de partida inicial da discussão que Stephanes realiza em seu livro e onde ele pontua com precisão quais são as principais distorções existentes e os resultados financeiros perversos tanto no momento presente quanto no futuro, caso não sejam tomadas as devidas providências em torno da reforma do sistema da previdência.

Na visão do autor a reforma deve abranger todas as categorias e as distorções devem ser realmente corrigidas a tempo para que o ônus do déficit previdenciário não recaia sobre as gerações futuras. As maiores e mais absurdas distorções se encontram principalmente nos regimes dos servidores públicos e militares, grupo esse em que se encontram alocados apenas 14% da população previdenciária, ao passo que responde por 39% da despesa previdenciária.

Seguindo essa linha, Stephanes aponta também: a utilização da contagem de tempo fictício ou do período escolar em colégio militar no cálculo do tempo para obter a aposentadoria; a permis-

são legal para que determinadas categorias de profissionais repassem aos seus ascendentes o usufruto de benefícios previdenciários conquistados no presente, como é o caso de algumas categorias de profissionais do judiciário.

A perpetuação de absurdos como esses em que se privilegiam determinados grupos e onera-se o orçamento previdenciário, impedindo o alcance do objetivo primeiro da previdência social que é o de amparar o trabalhador no momento em que ele perde a sua capacidade laborativa. Na verdade essas distorções são de natureza histórica e existem desde a criação da previdência em 1923, com a aprovação da primeira lei previdenciária do país, a Lei Eloy Chaves. Desse período em diante a previdência foi abarcando diferentes grupos de indivíduos e cada um deles com benesses diferenciadas. A história da previdência nos mostra que as concessões de benefícios previdenciários foram assentadas em vários interesses, principalmente políticos. Esse é o cenário que Stephanes relata com brilhantismo em seu livro, mostrando detalhadamente as principais distorções desde o período de sua criação.

A reforma da previdência foi um dos imbróglios que levou anos para ser definido pelo governo e pelos seus políticos, e talvez por ser um tema de grande complexidade para a grande maioria da população, tenha suscitado a formulação de uma série de outras contrapropostas, que Stephanes fez questão de mostrar em seu livro. A exposição des-

as outras propostas, além da discutida no governo, mostra a importância do tema não somente sob o seu aspecto político quanto social. Nessa parte do livro Stephanes, imbuído de simplicidade e clareza, mostra ao seu leitor que um sistema de previdência deve obedecer a certos princípios, princípios estes que o autor chama de básicos, como: a justiça, a equidade, o equilíbrio e a segurança. Ou seja, o mérito de um sistema de previdência está justamente na capacidade que o mesmo tem em atender à sua população de modo universal, estendida a todos os cidadãos independente de credo, cor ou religião, justo, sem que haja grupo de privilegiados e cujos benefícios sejam fruto de esforços individuais que culminem na formação de um fundo de aposentadoria. Para que todo e qualquer sistema de previdência sobreviva é necessário que cada cidadão contribua com uma parcela da sua renda ao longo de sua vida ativa, não cabendo a inteira responsabilidade ao Estado. A equidade e o equilíbrio são alcançados quando há essa união de esforços por parte de cidadãos e Estado. Essa divisão, digamos, de compromisso e responsabilidade tanto pela parte do cidadão quanto pela parte do Estado, dirime as injustiças e os privilégios que possam eventualmente ocorrer, fazendo com que a previdência alcance o seu objetivo, que é o de amparar o trabalhador quando este não possa mais fazê-lo.

*Paula Passanezi*

Doutoranda em Economia de Empresas,  
FGV-EAESP

### *Mais Velha e Mais Sábia: A Economia das Aposentadorias Públicas*

Lawrence Thompson

*MPAS/Governo Federal, Coleção Previdência Social, volume 4, 2000*

Em boa hora o Ministério da Previdência Social colocou à disposição do leitor brasileiro, em sua *home-page*, a versão em português de *Mais Velha e Mais Sábia*, uma obra de referência em economia da previdência social, publicada em 1998 pelo *Urban Institute* de Washington. O autor, Lawrence Thompson, um especialista com amplas credenciais acadêmicas e, sobretudo, uma razoável experiência na gestão e acompanhamento de programas previdenciários no mundo desenvolvido, recebeu da Associação Internacional de Seguridade Social a incumbência de elaborar um texto que representasse uma espécie de balanço atualizado dos debates envolvendo os sistemas de previdência social no mundo desenvolvido. No momento em que os dilemas da previdência ocupam um espaço central

na agenda política de diversos países, é justo reconhecer que sua obra oferece o sumário mais ponderado e honesto que se pode encontrar no mercado.

A primeira virtude do trabalho de Thompson é exatamente a de poder ser lido como um manual introdutório completo, já que cobre com competência e equilíbrio os principais tópicos da economia da previdência social. Os títulos dos capítulos dão uma idéia dos assuntos abrangidos: após um sumário, o segundo e os demais capítulos abordam a *rationale* dos programas previdenciários, o custo econômico do sustento dos aposentados, os efeitos sobre poupança e investimento, os efeitos sobre a oferta de mão-de-obra, competitividade internacional, a matemática das taxas de contribuição, abordagens básicas (capitalização versus repartição),

riscos econômicos e demográficos dos sistemas. Dada a inclusão dos tópicos-chave em teoria e em gerenciamento de sistemas de previdência, e dado o uso cuidadoso de referências, *Mais Velha e Mais Sábia* pode ser utilizado com proveito como material básico para cursos de economia da previdência.

Outra virtude do trabalho de Thompson é evidenciar que as abordagens básicas e as alternativas de reforma dos sistemas previdenciários não estão isentas de indefinições e problemas. Para começar, os sistemas de previdência têm de refletir as filosofias de proteção social, que diferem nos diversos países. Os cidadãos da França e dos Estados Unidos, por exemplo, têm experiências e expectativas distintas em relação à previdência social pública. Por essa razão, a busca de equilíbrio financeiro em um e em outro sistema dificilmente levará à convergência de desenhos institucionais. Há algum problema nisso? Em princípio não, a despeito do tom quase sempre monocórdio das propostas de reforma preconizadas por organismos internacionais.

Além disso, como Thompson destaca, o desacordo e a existência de controvérsias em relação aos grandes tópicos de debate são imensos. Não é necessariamente verdadeiro que a mudança para regimes de capitalização “estímule a poupança”, como insiste o Banco Mundial. Os efeitos da proteção previdenciária sobre a oferta de trabalho são no mínimo complexos. Os riscos oferecidos por um e outro sistema básico — repartição e capitalização — são diversos e relevantes. Enfim, se é certo que existe um potencial de desequilíbrio financeiro e atuarial em um bom número dos sistemas de proteção previdenciária existentes, não se torna lícito concluir que a transição para regimes de capitalização, mesmo levada a bom termo, viria a eliminar a instabilidade dos sistemas e a dar cabo dos riscos e dos problemas de equidade intergeracional.

O pano de fundo do livro de Thompson, como se percebe, é a crise financeira dos sistemas de proteção social, bem como a tendência, hoje dominante, a se proporem reduções do escopo de proteção dos sistemas públicos e a adesão ao princípio do seguro privado. Por razões diversas, que vão das crises inflacionárias (América Latina) ao colapso econômico integral (países do Leste europeu), passando pelas interrogações sobre a estabilidade de longo prazo dos atuais sistemas (Estados Unidos e Europa desenvolvida), o mundo assiste, desde os anos 80, a um clamor interminável por reformas neste que foi o pilar das políticas de bem-estar social no século XX. O trabalho de Thompson ilumina os diversos aspectos de um dilema — oferecer proteção social por meio do mercado financeiro ou pelos orçamentos públicos? — que não pode ser resolvido apenas

pelo senso comum ou pelo *parti-pris* ideológico.

Dizíamos no início que a versão em português do livro de Thompson veio em boa hora. Por que razão, se o trabalho está referido aos sistemas previdenciários das economias desenvolvidas, e não às reformas da proteção social nos países da América Latina, o Brasil inclusive? Por duas razões. Em primeiro lugar, porque uma parte da argumentação se aplica, quase sem mudanças, ao debate latino-americano. Também aqui se afirmou que o alargamento do regime de capitalização aumentaria a poupança, estimularia o mercado de capitais e o investimento, eliminaria os riscos do sistema... A já razoavelmente longa experiência do Chile e da Argentina em sistemas capitalizados mostra que os resultados podem ser bem outros, mas, de qualquer modo, um balanço equilibrado como o desta obra cumpre o papel de nos resguardar contra as verdades consumadas de proposições que são, no mínimo, teoricamente controversas.

A segunda razão é o fato de o livro de Thompson ajudar a entendermos os contrastes que existem entre a previdência social nos países desenvolvidos e não-desenvolvidos, o Brasil em particular. A grande verdade é que o sistema brasileiro é não apenas repartitivo, como, sobretudo, não-contributivo. Em nosso país, mesmo os programas previdenciários clássicos (pensões, aposentadorias) abrigam um imenso contingente de beneficiários não-contribuintes. Além disso, o sistema é maciçamente financiado por impostos gerais, ainda que sob o nome de contribuições, e a relação entre contribuição e benefício é tênue, até mesmo para os beneficiários-contribuintes. A fórmula de cálculo do benefício inaugural e os critérios de reajustes nos períodos subsequentes, convertem a definição do poder de compra dos benefícios em uma verdadeira loteria, dadas as contribuições efetuadas no passado. Para completar, o mercado de capitais não favorece a formação de pecúlios protetivos privados de longo prazo.

Em poucas palavras, a diferença entre o sistema brasileiro e a previdência clássica, em suas diversas versões, é abissal. Levando-se em consideração a escassez de referências teóricas no debate que acompanhou a reforma da previdência brasileira até o momento, a adaptação dos princípios da economia da previdência ao nosso contexto é uma tarefa da maior relevância. A previdência social brasileira merece uma verdadeira discussão econômica. Neste caso, a obra de Thompson pode ser uma inspiração e, ainda, oferecer um contraste institucional muito útil.

Maurício C. Coutinho  
Instituto de Economia, Unicamp